

PROGRAMA EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS: EXPERIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO CAPIXABA¹

Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Brasil
lucianaprg@yahoo.com.br

RESUMO: Apresento reflexões preliminares de pesquisa em andamento a respeito do significado de um programa proposto pela Secretaria de Educação do município de Serra-ES/Brasil. O *Programa Educação em Valores Humanos*, embora tenham despertado atenção a questões atuais relevantes, ao se declarar como proposta de enfrentamento aos problemas sociais se distanciou de uma perspectiva crítica; pela via da responsabilização individual, desconsiderou as contradições históricas. A metodologia considerada na pesquisa é o estudo de caso. Análise documental, observação participante e entrevistas semi-estruturadas são as técnicas utilizadas para a coleta dos dados.

Programa Educação em Valores Humanos. Crise de Sentido. Sentidos da Escola.

APRESENTAÇÃO

Com base nos autores Berger e Luckmann (2005), De Bastiani (2008), Ferreira (2009), Peruzzo (2010) e Maia (2011), podemos afirmar que vivemos uma *crise de sentido*. Crise não como sinônimo de falência, mas entendida como construção histórica a partir de transformações engendradas no seio social. Trata-se de uma radical mudança das condições básicas da vida humana, uma crescente transformação dos valores sociais, cuja direção é a valorização do fugaz, do aparente, do superficial, do sem sentido. Vivenciamos a perda de referenciais, um aprofundamento da pobreza e da violência. Muitas situações nos mostram como a vida humana tem se afastado das preocupações

¹ Os dados que subsidiam este artigo compõem pesquisa em andamento por ocasião do Mestrado em Educação realizada com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

contemporâneas. A miséria, a violência, a corrupção, a discriminação, tem nos levado a pensar se existe um caminho a percorrer no sentido contrário.

Os valores em voga parecem apontar a uma conformidade frente às condições de vida atual contribuindo para a degradação do humano. Valores que mascaram os elitismos, as diversas formas de discriminação, o modelo excludente e injusto que se insere a sociedade. Os espaços que visam pensar a condição humana em uma perspectiva crítica se tornam cada vez mais restritos.

Nesse contexto, situamos a escola: espaço privilegiado de acesso ao saber sistematizado e conquista histórica; espaço capaz de potencializar a compreensão do mundo em que vivemos e, portanto, favorecer uma postura ativa diante dele; espaço que pode propor uma formação que permita o “[...] alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação [...]” (SEVERINO, 2006, p. 621). Trata-se de acreditar na escola como espaço de humanização do homem ao apreender a realidade. Mas, na atualidade os objetivos educacionais traçados tem apontado a esse caminho? Quais os sentidos da escola contemporânea? Para saber em que direção esses objetivos se voltam é necessário lançar atenção ao contexto social. Assim, na consideração do contexto social nos deparamos com o que chamaremos aqui - em conformidade com os autores anteriormente citados - de *crise de sentido*. Portanto, não é possível falar da escola sem falar da maneira como nós temos nos organizado socialmente. E, para compreender essa interdependência *escola/sociedade*, tomaremos as discussões a respeito das políticas educacionais como parâmetro para situar as análises. Em síntese: a não indiferença a esse cenário intitulado *crise de sentido* faz pensar a respeito do que o reconhecimento desse cenário propicia no âmbito da educação, tomando aqui uma experiência singular proposta pela Secretaria de Educação do município de Serra-ES/Brasil, o *Programa Educação em Valores Humanos* (PEVH), como pertinente.

Deste modo, apresento reflexões preliminares de pesquisa em andamento por ocasião do Mestrado em Educação, na qual tenho buscado, dentre outros objetivos, compreender o significado do desenvolvimento do PEVH em uma escola da rede municipal. A

metodologia considerada na pesquisa privilegia o estudo de caso como maneira mais adequada e as técnicas utilizadas para a coleta de dados são análise documental de fontes relacionadas ao programa, observação participante e entrevistas semi-estruturadas aos profissionais que desenvolveram o PEVH. Todavia, considerado o espaço restrito deste artigo, os dados que subsidiam as análises tecidas aqui se circunscrevem àqueles referentes à análise documental. Esclarecido esse recorte metodológico é importante dizer que o foco é perquirir a argumentação de que os sentidos pretendidos pelo desenvolvimento do PEVH nas escolas, embora tenham despertado atenção a questões atuais relevantes, negaram um debate mais amplo e profundo acerca dos sentidos da escola na atualidade. O programa, ao se declarar como proposta de enfrentamento aos problemas sociais se distanciou de uma perspectiva crítica, logo, pela via da responsabilização individual, desconsiderou as contradições históricas.

Sendo assim, primeiramente apresento um breve panorama a respeito da escola, tendo como parâmetro as discussões das políticas educativas para, em seguida apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos do Programa Educação em Valores Humanos desenvolvido em Serra-ES/Brasil. Para finalizar, algumas considerações que asseveram a importância de se pensar a respeito dos sentidos da escola na atualidade à luz das contradições históricas.

OS SENTIDOS DA ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

No cenário de mundialização da economia o conhecimento assume papel de destaque, o que tem demandado ainda mais a afirmação da escolarização. Ainda que a escola pública tenha sua qualidade questionada dado os desafios concretos que enfrenta, é lugar legítimo de desenvolvimento desse conhecimento. Podemos dizer que se trata do paradoxo indicado por Gentili (2002): “Dela não se espera nada, e dela se espera tudo” (p. 25). Ou seja, ao mesmo tempo em que é anunciada a falta de qualidade, a falta de preparo da escola frente à “sociedade do conhecimento”, a escola é também afirmada como instituição que terá condições de superar os males sociais. Deste modo, ao exigir

que a escola faça o que não pode fazer, é confirmado o seu fracasso; mas, ao mesmo tempo há a exaltação de sua potência.

Nesse sentido, o argumento que sustenta a explicação da crise social na crise da escola, longe de atribuir um poder magnânimo às instituições educacionais, acaba desvalorizando (pela sobrevalorização) e des-hierarquizando (pela sobre-hierarquização) as possibilidades e potencialidades efetivas da prática pedagógica (p. 27-28).

São, pois, argumentos que desconsideram as tensões históricas em torno das quais vislumbramos a ampliação da garantia do acesso à educação, atendendo exigências legítimas da sociedade pelo acesso ao conhecimento e, também, a demanda do mundo do trabalho, voltando-se ao aprender a fazer em detrimento de sua consubstancial dimensão política. Argumentos que desconsideram a função de assistência social que a escola também tem assumido, dada às tensões desiguais, fruto da lógica produtivista, configurando um terreno de disputas entre as demandas da sociedade civil por uma educação como bem público e as premissas hegemônicas.

Deste modo, a escola tem sido desafiada a propor a formação integral do homem, ou seja, conforme João Oliveira (2009), uma formação que potencialize o desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo; que conceba o homem em sua totalidade. Portanto, a função legítima da escola de transmitir o conhecimento científico, artístico, filosófico, tecnológico e uma consciência crítica a seu respeito pode ser questionada. E, para compreender melhor os sentidos assumidos pela escola contemporânea é preciso pensar a respeito da natureza do Estado dentro da lógica capitalista revelada pelas políticas educacionais.

Nessa direção, a nova configuração das políticas educacionais prevê a formulação no nível central e a descentralização na execução local. Portanto, as concepções que têm orientado as políticas educativas se pautam no caráter assistencial, descentralizador e focalizado (OLIVEIRA, D., 2009a). É importante dizer que ao lado dessa nova característica assumida pelas políticas está sempre presente a ideia de democracia participativa no intuito de se fazer acreditar que se trata de uma construção coletiva eficaz da realidade.

Trata-se de uma reconstrução do Estado em relação à sociedade civil, nomeada de parceria, em que o envolvimento e o engajamento dos atores sociais, no nível individual e coletivo, são constantemente buscados, tendo por objetivo encontrar soluções locais para problemas que são muitas vezes de ordem geral (OLIVEIRA D., 2009b, p. 21).

As concepções orientadoras da gestão têm defendido uma perspectiva de educação como direito inalienável, consoante às lutas dos movimentos sociais pela garantia do acesso ao acervo cultural. Entretanto, de acordo com Dalila Oliveira (2009b) é possível dizer que as políticas educativas têm sutilmente voltado às costas à igualdade de acesso de condições objetivas e subjetivas. À medida que a sociedade passa a ter outra configuração em função das novas formas de reprodução da estrutura social, também a escola se vê diante de outra realidade e para ser capaz de lidar com essa nova lógica instaurada precisa reconhecer os limites de sua forma tradicional.

Valendo-se dessa necessidade, as premissas hegemônicas propõem adotar posturas mais flexíveis que valorizem o “reconhecimento” do diverso em detrimento de um plano comum. Sendo assim, o sujeito aprendente deve ser o responsável por suas ações e a responsabilidade de educar é ampliada, passando a ser também da sociedade sob o lema “sociedade educadora”. Mas, não seria essa uma maneira de diluir as responsabilidades e, portanto, também embaçar as desigualdades? Essa fragmentação tem dado lugar a propostas privadas em torno da educação. Passa-se a defesa primeira da perspectiva de grupos diversos ante a defesa em torno da coletividade, esmaecendo-se a luta por um ideal emancipatório.

Diante disso, a escola como espaço de *formação humana*, como espaço político, possibilitando a compreensão do mundo em que se vive e a necessidade de se responsabilizar diante da vida tem sido deixada à margem, pois, o que as políticas educacionais revelam é uma preocupação maior em controlar os fenômenos que se mostram na contra corrente da acumulação. O acirramento das desigualdades sociais só faz aumentar a crise na escola, que diante de tantos desafios limita-se a aspectos cognitivistas superficiais e se vê desafiada a alcançar a dimensão política do pensar.

Destarte, Fanfani (2007, tradução nossa), afirma que a escola parece ter perdido o rumo; vive uma crise de sentido. Pois, apesar de se passar anos na escola sendo certificado por isso, este espaço não tem necessariamente ensinado coisas importantes para a vida, como conhecimentos básicos de matemática e de línguas e nem critérios éticos e estéticos. No que pese as inúmeras conquistas já registradas em torno do direito à educação, o que se tem mostrado é o esvaziamento da escola de formas de pensar novos modos de existência, haja vista a crise social que a atravessa. Entretanto, mesmo submetida a circunstâncias que dificultam uma educação em seu sentido pleno, não se pode deixar de reconhecer sua potência positiva. É nesse sentido que se torna urgente afirmar a função da escola como espaço de *formação humana*. Espaço que conceba os conhecimentos como produtos humanos e que possibilite novas formas de instituir um mundo comum. Um sistema educativo verdadeiramente democrático deve ser capaz de propiciar o acesso ao conhecimento conquistado historicamente e de desenvolver novas formas de se pensar a sociedade a partir de um posicionamento crítico e responsável, tendo a existência humana como centro.

O PROGRAMA EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Dentre programas e ações desenvolvidos com recursos municipais ou outras fontes de recursos, em agosto de 2009 o Programa Educação em Valores Humanos (PEVH) foi implantado de maneira gradativa em algumas unidades de ensino do município de Serra-ES/Brasil em parceria com a iniciativa privada, tendo como meta “[...] a formação do ser humano de maneira integral: Primeiro a criança aprende a se amar para depois amar o mundo; primeiro ela é ensinada a lidar com as suas emoções para depois fazer sucesso na vida” (JORNAL..., 2012, p. 3). Tal iniciativa foi amplamente divulgada junto à sociedade (folder’s, jornal institucional da empresa que apoiou e patrocinou a proposta, materiais disponibilizados às escolas pela prefeitura de Serra-ES, sites, outdoor’s, propagandas televisivas) sendo aclamada como novidade no âmbito da educação e, portanto, perspectiva inovadora e eficaz frente aos problemas sociais desdobrados no contexto escolar.

Inicialmente o PEVH foi implantado como projeto piloto em 3 escolas, se expandiu e, até o final de 2012 foi desenvolvido em 35 unidades de ensino do município, sendo na ocasião constantemente relacionado à diminuição dos índices de evasão, repetência e violência nas unidades de ensino municipais de Serra-ES. Tal programa chegou ao município por intermédio do Instituto Educação em Valores Humanos (IEVH), uma organização não-governamental (ONG), cujos princípios baseiam-se nas ideias do indiano Sathya Sai Baba (seu idealizador). Ideias essas que prezam pela regeneração espiritual da humanidade por meio dos princípios da verdade, retidão, paz e amor. No que tange à educação, a centralidade de sua implementação voltou-se ao desenvolvimento de “valores humanos” com vistas a colocar em pauta no ambiente escolar questões éticas, privilegiando uma perspectiva centrada no sujeito em si, sem problematizar o contexto social. Na escola, o objetivo do PEVH era desenvolver não só os aspectos cognitivos, mas também, de acordo com o material orientador da proposta, “[...] os conceitos da inteligência emocional e espiritual” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 10), sinalizando preocupação em promover um novo sentido à escola, dada a atual configuração da sociedade. Nessa direção, a justificativa de sua adoção pelo município voltou-se a preocupações quanto à “degradação da dignidade humana”, dado o aumento da violência no Estado do Espírito Santo, reflexo de um contexto maior.

A violência no Espírito Santo e nas instituições é um longo processo de degradação da dignidade humana, com uma história de contínuas agressões à vida, à coletividade, à fraternidade, à liberdade e ao direito individual. É um processo que, apesar de possuir particularidades de nossa realidade, faz parte de um contexto maior de violência “globalizada” que ameaça o mundo inteiro (EDUCAÇÃO, 2011, p. 10).

[...] opressão de minorias, desvalorização da mulher, trabalho infantil, fome, má nutrição, maus tratos às crianças de todas as classes sociais, danos ambientais, abusos de poder, descaso com o bem público, política elitista, guerras injustificáveis, decisões arbitrárias sobre a vida coletiva, etc. A violência criminal é apenas uma das facetas da violência maior, que se destaca quando foge ao controle e chega a um ponto de ameaçar a ordem vigente (EDUCAÇÃO, 2011, p. 10).

Deste modo, a proposta considerou a atual configuração social baseada na individualidade, na ausência de um compromisso ético com um plano comum, na fragmentação dos valores universais balizadores de sentido, na violência, na injustiça, na desigualdade. A justificativa apresentada pelo programa é o que alguns autores -

Berger e Luckmann (2005); De Bastiani (2008); Ferreira (2009); Peruzzo (2010); Maia (2011) - denominam de *crise de sentido*, ou seja, momento histórico em que temos perdido a capacidade de traçar um caminho diferente do que testemunhamos. Portanto, no bojo da crise de sentido anunciada, reconhecendo-a, a proposta do PEVH se afirma. Se lança contrária a essa crise; reitera a necessária urgência de supera-la, contudo, a saída que propõem se dá unicamente pela via educacional e, ainda, não considera os debates a respeito das políticas educativas na atualidade.

A proposta voltou-se a formar cidadãos não apenas por meio do ensino de conhecimentos científicos, mas potencializar os valores “inerentes à alma humana” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 13). Para tanto, o PEVH favoreceria a mudança do sistema de ensino atual rumo a uma educação voltada para a vida, para o ser integral, sem, no entanto, tender a quaisquer opções religiosas.

Para despertar os verdadeiros valores é necessário mudar o sistema de ensino com a adoção do Programa. [...] um trabalho que requer experiência e envolvimento, pois não é uma mera transmissão intelectual de conhecimento. É vivência transformadora (EDUCAÇÃO, 2011, p. 13).

A partir da adoção do PEVH pela escola “A criança aprende também a desenvolver suas potencialidades naturais e o sentido da UNIDADE - somos um só corpo, uma só energia. A nova ordem mundial se resume a duas palavras: COMPARTILHAR E EVOLUIR” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 14, grifo do autor).

Diante disso, a proposta asseverava ser preciso, além da intelectualidade, desenvolver a inteligência pautada na ética e no amor, pois apenas o ensino de conhecimentos científicos sob o lema da eficiência não tem sido suficiente para promover mudanças na vida das pessoas rumo à felicidade. Nesse entendimento, afirmou que o fato de a educação tal qual tem se constituído, não considerar a “natureza da criança” - entendida como um ser sagrado, de infinitas possibilidades, como puro amor - propicia a formação do mau caráter e da fraca personalidade, o que favorece o surgimento da violência em suas mais variadas formas.

Como então mudar esse contexto? Basta, segundo a proposta em análise, romper com as formas destrutivas de pensamento e fazer com que os valores essenciais e inerentes à alma humana irradiem. Para tanto, o autoconhecimento é fundamental, pois estar de bem consigo mesmo favorece a convivência harmoniosa, afinal, “É geralmente uma pessoa agressiva que enxerga o mundo sempre cinzento e perigoso” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 14). Portanto, a aplicabilidade do PEVH nas escolas foi proposta em torno da prática de 5 valores fundamentais à construção do caráter: verdade (o que deve atender a consciência), ação correta (o que deve ser praticado), paz (o que deve preencher a mente), amor (o que deve se expandir dentro do ser) e não-violência (o que devemos ser plenamente).

Nessa direção, a metodologia apresentada pelo PEVH para o trabalho nas escolas tomou o silêncio como importante instrumento. “Ele [o silêncio] nos permite acessar o nosso interior, onde reside a fonte de toda a sabedoria” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 18), assim, caberia um momento diário de meditação, este sempre no início das atividades escolares, o que potencializaria a intuição, a criatividade e a genialidade. Após esse momento de meditação, era apresentado aos alunos uma frase cuja mensagem estivesse relacionada a algum subvalor dentro dos 5 valores apresentados anteriormente. Mais adiante era proposta aos alunos uma história, uma música e, para finalizar, uma atividade escrita ou artística acerca do subvalor considerado. Na prática, a proposta do PEVH se estruturou como uma sequência didática em que um determinado valor é o tema da aula. É, portanto, uma iniciativa que propôs aulas (sobre amor, esperança, solidariedade, responsabilidade, paz, etc.) a partir do direcionamento dos professores. E, nesse sentido, foi apresentada como uma cartilha a ser seguida pelos docentes; uma iniciativa que ainda não se tem notícias de pesquisas que se propuseram a avaliá-la, mas que foi promovida como algo que deu certo e que, portanto, deveria ser estendida a outras unidades de ensino. Apenas algumas escolas da rede municipal participaram do PEVH, mas pelo destaque que vinha ganhando possivelmente seria implantado nas demais unidades de ensino, não fosse a eleição de outra administração municipal por ocasião do fim daquele mandato. Por ter se tratado de uma proposta de governo e não uma política educacional municipal, não teve continuidade.

Todavia, a não continuidade dessa experiência não deslegitima a sua análise. Por ter se aclamado como maneira de solucionar muitos dos problemas vivenciados pelas escolas na atualidade sem considerar as condições históricas de constituição de nossa sociedade e os debates em pauta a respeito dos desafios e conquistas educacionais, veiculou a ideia de que mudanças substantivas são possíveis e acontecem desde que o sujeito (no caso, os alunos) sejam motivados primeiramente a amar a si mesmos para, posteriormente amar o mundo e, portanto, alcançar a felicidade.

Assim, ao propor a institucionalização de uma ética como “novidade”, como uma “solução” aos problemas desdobrados na escola, tendo “[...] custo praticamente zero” (EDUCAÇÃO, 2011, p. 51) o PEVH corroborou ações superficiais que só confirmam a lógica apontada pelas políticas educacionais: a lógica da responsabilização individual, que no caso do PEVH se concretiza, além dos pressupostos teóricos acríticos, também na maneira como é instituído: parceria público/privado.

Ainda que as ideias de “unidade”, “vivência transformadora” apontadas pelo PEVH possam sugerir uma preocupação frente aos dilemas da atualidade (desigualdade, injustiça, perda de referenciais coletivos, violência, etc.), ao não considerar as contradições sociais se afasta de uma proposta emancipatória. Embora o PEVH tenha considerado os problemas sociais como justificativa para se instaurar, ao se colocar como solução, especialmente à violência, em momento algum problematiza as relações estabelecidas ao longo da história, os condicionantes sociais e a inegável relação entre os aspectos subjetivos e os aspectos objetivos.

De acordo com Berger e Luckmann (1974), pode-se afirmar que para haver apreensão ou interpretação de um acontecimento é preciso não somente compreender os processos subjetivos de outrem, mas compreender o mundo em que vive, tomando esse mundo particularizado pelo indivíduo a partir da dinâmica social. Deste modo, sugerem que “[...] a análise micro-sociológica ou sócio-psicológica de fenômenos de interiorização deve ter sempre por fundamento a compreensão macro-sociológica de seus aspectos estruturais” (p. 216), ou seja, compreender a estrutura social dentro da qual a escola se insere para então ser possível compreender a interiorização que possibilita.

Ainda que o programa tenha também considerado o atual contexto que nos impõem uma lógica competitiva e individualista ao afirmar que a orientação dada aos alunos é na direção de uma profissionalização entendida pelo mercado como rentável, como aquela a ser seguida, em que o dinheiro figura como se fosse o objetivo único da existência, deixa de considerar que sequer a maioria das crianças que frequentam a escola pública tem a chance de ocupar os bancos dos cursos de profissionalização sugeridos pelo mercado como mais rentáveis. O que se tem visto é uma perversa divisão do trabalho em que a maioria cabe lugares menos privilegiados na estrutura social e a outros, a uma minoria, cabe funções privilegiadas, funções de mando e de poder. Cabe também salientar que a atual maneira como se estrutura a vida social, em torno do capital, não é possível desconsiderar o dinheiro como forma pela qual se dá a sobrevivência. Desconsiderar sua centralidade no capitalismo é negar a realidade objetiva.

Nesse sentido, acredita-se que a proposta do PEVH tem muito mais a contribuir com uma formação para a passividade. Quando afirma: “A abertura do coração desenvolve reverência, veneração, respeito, compaixão e capacidade de servir amorosamente” (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS, s.n., [2011?]) sugere muito mais servir amorosamente ao capital do que propõe uma nova racionalidade, uma vez que em momento algum trata de problematizar os aspectos macrosociais historicamente construídos. Parte do real dado e fica nele, na aparência; não se preocupa em fazer referências históricas com vistas a compreender as condições atuais de existência. Salienta que é possível uma nova realidade a partir de uma simples mudança na postura de cada um centrada na prática do amor universal, e assim acredita que será possível alcançar a profundidade das coisas verdadeiras.

A sociedade que até agora viveu do descartável e do superficial, anseia pela profundidade das coisas verdadeiras. É tempo de banir a violência de nossas vidas; de entender o próximo como a extensão de nós mesmos; de abrir o coração e de ser feliz! (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS, s.n., [2011?]).

Mas, à maneira do PEVH o que será possível alcançar é a profundidade das coisas verdadeiramente legitimadas por uma ordem social injusta e desigual, ainda que o

discurso se faça em torno de palavras legítimas como amor, paz, solidariedade, respeito, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar em pauta a maneira como temos produzido a existência é incontestável. O reconhecimento do que chamamos de *crise de sentido* é já uma preocupação quanto ao que estamos construindo no presente; é uma preocupação importante que sinaliza a possibilidade de criação de novos modos de existir. Situar a escola nesse contexto não significa dar-lhe poder magnânimo, como bem já nos advertiu Gentili (2002); significa preocupar-se com uma entre outras estratégias, e não a consideração da educação como prática isolada ou determinante no processo das transformações, tão necessárias no contexto atual.

Todavia, a mera apresentação dessa realidade não é suficiente para balizar um caminho emancipatório. É preciso mais. É preciso considerar as contradições históricas; não perder de vista os embates e a direção que os subjaz. E, por negar essa premissa o PEVH pode ser considerado uma proposta acrítica, que mais afirma a *crise de sentido* - uma vez que coloca sobre o sujeito a responsabilidade de transformação da ordem social negando-lhe a história de constituição desse cenário - do que aponta para sua superação.

Apesar de considerar a importância de se fazer frente às condições de existência atuais, não favorece uma perspectiva transformadora, pelo contrário, contribui para a responsabilização individual ao não considerar a maneira pela qual a produção da vida tem se constituído. Para se justificar considera questões atuais relevantes contra as quais é preciso pensar estratégias de enfrentamento, contudo o caminho que aponta é muito mais despotencializador de uma perspectiva política do que uma alternativa que se possa dizer de enfrentamento. Ao não considerar os debates em torno das políticas educativas acaba por se constituir uma discussão muito mais para a passividade que para a emancipação.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter Ludwig.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. 2. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2005.

DE BASTIANI, Marcelo. **O sentido do humano como responsabilidade pelo outro no pensamento de Levinas**. 2008. 90 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

EDUCAÇÃO em valores humanos. Serra: [s.n., ca. 2011]. Revista de divulgação.

FANFANI, Emilio Tenti. **La escuela y la cuestión social**: ensaios de sociologia de la educación. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

FERREIRA, Márie dos Santos. **O conceito de pessoa humana no pensamento de Lima Vaz**. 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

GENTILI, Pablo. A educação e as razões da esperança numa era de desencanto. In: Cecília Irene Osowski (Org.). **Educação e mudança social por uma pedagogia da esperança**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002, v. 1, p. 25-40.

JORNAL Valores Humanos em Foco. Mais 15 unidades aderem ao programa. Serra, Ano I. n. 2. mai. 2012.

MAIA, Thiago Onofre. **A crise da sociedade atual como crise de sentido**: o horizonte da esperança da mensagem cristã. 2011. 163 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão das políticas públicas educacionais: ação pública, governance e regulação. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil**: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009b. p.15-29.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise na escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a. p. 17-32.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 237-252.

Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Serra-ES. **Programa de Educação em Valores Humanos**: Isso é educação em valores humanos. Serra, [2011?]. 1 folder.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. v. 32. p. 619-637, set./ dez. 2006.